



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 2

Maio de 1997

PP Lidera Iniciativas Legislativas

Uma das iniciativas do Grupo Parlamentar do Partido Popular já foi aprovada pelo Parlamento dos Açores. Trata-se de uma Recomendação ao Governo Regional para urgente regulamentação do Sistema de bonificação às linhas de crédito de campanha para as actividades agrícola, pecuária e silvícola, criado pelo Decreto Legislativo Regional 2/96/A, de 14 de Março.

A lei regional tinha presente o peso decisivo dos encargos financeiros na formação do custo total de exploração dos agentes económicos com actividade na agricultura e a importância de contribuir activamente para a redução do custo dos factores de produção.

O facto de a lei não ter sido ainda aplicada, por falta de regulamentação do Governo, impediu que se fomentasse o aumento da competitividade no sector mais importante da economia regional, quer em termos de criação e manutenção do emprego, quer em termos de formação da riqueza.

A proposta do Grupo Parlamentar do PP foi aprovada com os votos favoráveis do PP, do PSD e do PCP e os votos contra do PS.

O Grupo Parlamentar apresentou na Assembleia dois projectos de decreto legislativo regional. Num deles os deputados do PP consideram de relevante interesse para a Região, ver consagrado em lei, o direito de dispensa das respectivas actividades profissionais, por períodos limitados, para os trabalhadores que sejam membros dos órgãos executivos das Misericórdias e das demais Instituições Particulares de Solidariedade Social, desde que o seu contributo se revele estritamente indispensável para os fins estatutários.

A iniciativa legislativa baseia-se no trabalho meritório que aquelas instituições têm desenvolvido, o qual poderá ainda ser significativamente melhorado, através de uma maior disponibilidade dos seus gestores.

O outro projecto de decreto legislativo visa que o número de representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, no Conselho Regional de Concertação Social, seja alargado de um para dois elementos, devendo um deles ser designado pela União das Misericórdias dos Açores.

O Grupo Parlamentar do PP apresentou também uma proposta de Resolução sobre o fenómeno da insegurança nos Açores, porque os cidadãos se sentem desprotegidos perante os crimes contra a vida, a honra e a integridade física e perante a forma violenta como estão a ser frequentemente roubados ou destruídos bens e haveres, nas cidades, nas vilas e mesmo nas pequenas freguesias dos Açores.

A iniciativa baseia-se no facto de os açorianos considerarem que a Região é uma porta de entrada de droga, que os delinquentes são deixados à solta, que as penas são insuficientes e que as polícias declaram não ter meios para fazer mais e melhor.

O PP pretende que se solicite “ao Governo da República que promova as acções adequadas à reposição da segurança nos Açores, considerada como valor ancestral e essencial da comunidade açoriana e condição indispensável para o desenvolvimento social e económico dos Açores”.

PARA QUANDO RTP1 PARA TODOS?

Em requerimento apresentado no início de Março, o Deputado do PP Alvarino Pinheiro fez recordar que o actual Governo da República assumiu o compromisso de cobertura de todo o território nacional pelo serviço público de televisão, tendo iniciado, por ocasião das eleições regionais, as emissões apenas para as zonas das cidades de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Considerando que a 2.ª fase de cobertura pela RTP1 estava prevista para o fim de Março de 1997, requereu informação sobre as diligências que tenham sido feitas pelo Governo Regional para cobertura de todas as ilhas pela RTP1.

JOÃO GREVES NA ASSEMBLEIA: VIVER NO CORVO NUNCA FOI FÁCIL

"Não venho a esta tribuna para vos fazer grandes discursos, porque mais vale as obras do que as vitórias ontem conseguidas" disse o Deputado João Greves ao iniciar mais uma intervenção no Parlamento.

Afirmou depois que em seu entender o porto do Corvo "é o maior problema dos portos da Região" e que "no Corvo, se não se acode o mais rápido possível à sua reparação e ao seu crescimento necessário, pode dar-se o caso de nem um pequeno barco de pesca poder acostar no porto".

Falou depois no acesso às lagoas do Caldeirão e perguntou "para quando está prevista a ida de um veterinário ao Corvo pelo menos uma vez por mês", referindo também que os Corvinos gostariam de saber "quando se vai construir no Corvo as instalações para os Serviços de Desenvolvimento Agrário e ter pessoal técnico especializado para apoiar a agricultura no Corvo".

Numa outra intervenção o Deputado do Corvo considerou que "viver no Corvo nunca foi fácil desde o seu povoamento", defendendo que "é preciso tornar a vida no Corvo mais fácil" e afirmando "venho aqui com a consciência tranquila defender os interesses dos Corvinos, que são pessoas de respeito".

O Deputado do PP, a propósito da visita do Governo ao Corvo, lamentou depois o facto de "os assuntos de fundo, os assuntos mais importantes, não tiveram a resposta mais esperada pela maioria dos corvinos" e em nome da maioria que o fez eleger, confirmou "continuo a defender que se aumente o porto" e que "se ouça a opinião dos compartes do baldio".

Recordou que o seu bisavô, como Administrador do Concelho, já defendia há 200 anos os transportes para o Corvo, considerando vergonhoso apresentar agora o mesmo problema e terminou alertando "têm de ter mais respeito e não brinquem tanto com os corvinos, porque também são portugueses e açorianos".

(De Intervenções Diários ALRA n.º 7 e 10)

SOMOS OPOSIÇÃO E VAMOS ASSUMIR

Na primeira reunião da Assembleia após as tempestades, o Deputado José António Monjardino registou "o voluntarismo, a eficácia e a prontidão dos meios no acudir das populações", considerando porém que é necessário "equacionar e implementar as medidas de longo prazo, na medida em que os problemas resultantes dos temporais levarão algum tempo a ficarem completamente sanadas".

O Presidente da Comissão Política Regional do PP disse "não concordamos com jogadas políticas à custa da desgraça alheia. O espectáculo televisivo resultante da entrega de cheques aos sinistrados faz lembrar a actuação de governos sociais-democratas na sua pior versão. Não está em jogo a ajuda em si, mas sim o acto público" e prosseguiu "Se o Governo é de mudança exige-se algum cuidado nos pormenores".

O deputado eleito por S. Miguel, uma das ilhas mais afectadas pelos temporais, referiu-se depois à lavoura dizendo concordar que "se conceda um apoio aos lavradores na compra de alimentação para o gado", mostrando porém desacordo na forma como a medida foi implementada, já que a forma mais correcta seria "dar o subsídio directamente ao lavrador".

José António Monjardino criticou depois a forma de "definição dos critérios de atribuição dos apoios que resultarão da aplicação do estado de calamidade pública", porque os critérios deveriam ser definidos por Decreto Legislativo Regional", uma vez que "não o fazer, terá que ser interpretado como uma atribuição indevida de poderes constitucionalmente vedados ao Governo Regional".

Antes de terminar afirmou que "independentemente de termos dado o nosso voto favorável ao programa que sustenta o actual Governo" e recordou que "somos oposição e vamos assumir essa postura".

A finalizar disse "é assim que entendemos o nosso papel de oposição construtiva. É esta a prática e o estilo que podem esperar de nós".

(De intervenção Diário ALRA n.º 7)

ALMEIDA E SOUSA EXERCEU FUNÇÕES

Nuno de Almeida e Sousa, na sua qualidade de segundo elemento da lista do PP concorrente às últimas eleições regionais pelo círculo eleitoral de S. Miguel, tem exercido o mandato de Deputado por alguns períodos, participando em Comissões, em substituição do Deputado José António Monjardino.

Durante um desses períodos apresentou um requerimento em que tendo em conta “a situação de agonia em que vivem os agricultores micalenses com a falta de alimentos” para o gado e considerando, entre outras, a circunstância de o Governo Regional conceder uma ajuda financeira por forma a tornar mais barato o preço de forragens alternativas exclusivamente ao sector associativo e cooperativo, requereu informação sobre se o Governo se mostrava disposto a aceitar a sugestão de conceder a referida ajuda a todos os empresários que pretendam efectuar importações do mesmo teor.

TERRENOS DA CALHETA OBJECTO DE REQUERIMENTO

Baseado em que o Governo Regional, através de anúncio publicado na imprensa local, pretendia “ceder” o “espaço norte adjacente ao prolongamento da Avenida Infante D. Henrique”, em Ponta Delgada, porque o “Governo manifesta interesse de nele instalar um empreendimento turístico”, considerando que existe essa intenção de dispor dos terrenos e que não existem normas jurídicas regionais sobre o modo de proceder à disposição dos terrenos integrantes do património imobiliário do Estado, considerando finalmente que “no caso, nenhuma hasta pública foi feita e que ainda não se encontra aprovado o plano de urbanização de Ponta Delgada”, o Deputado José António Monjardino apresentou requerimento solicitando que lhe fossem prestadas informações.

Assim, interrogou o Governo Regional sobre se “tenciona, ou não, dar imediatamente sem efeito o pretense *concurso público*, relativo aos mencionados terrenos”, com fundamento em legislação que citou, por considerar que destinando-se os terrenos a “operações de renovação urbana”, a cedência contraria o disposto nas disposições legais que referiu no seu requerimento.

REUNIÕES DE TRABALHO

Os deputados do PP, individual ou conjuntamente, tiveram diversas reuniões de trabalho, das quais se referem:

- Deslocação ao Parlamento Europeu, integrados numa Delegação da Assembleia, onde, para além dos contactos oficiais, reuniram com o Dep. do PP Dr. Girão Pereira e contactaram com uma Delegação da UNITA;

- Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, sobre a situação global no sector;

- Associação Agrícola do Faial, onde foram apreciados problemas do sector, na Ilha;

- Escola Secundária da Horta, onde tomaram conhecimento de dificuldades que afectam aquele estabelecimento de ensino;

- Câmara de Comércio e Indústria da Horta, onde entre outras, se debateram temas relacionados com transportes e taxas de reestruturação portuária;

- Associação Agrícola de S. Miguel, onde foram analisados problemas que aguardam solução por parte do Governo socialista;

- Associação dos Jovens Empresários Micalenses e os principais projectos da classe.

- Associação de Estudantes da Escola Secundária da Horta, onde os deputados foram postos ao corrente dos problemas que enfrentam os estudantes e a própria Associação, na sequência do que foi proporcionado encontro com responsáveis da JC/Gerações Populares;

- Gabinete de Estudos do PP na Ilha Terceira, coordenado pelo Dr. Paulo Monjardino - Mestre em Ciências Agrárias e docente da Universidade dos Açores, que ofereceu o apoio, ao Grupo Parlamentar, do Gabinete, que já tem a funcionar o Grupo de Economia sob a coordenação do Dr. Nuno Melo Alves e o Grupo de Agricultura sob a coordenação do Eng. Luís Dutra;

- Participação, como convidados, no 3.º Encontro de Autarcas da Ilha Terceira;

- O Deputado João Greves participou numa reunião de trabalho com o Secretário Regional da Economia sobre problemas de transportes marítimos e aéreos no Grupo Ocidental dos Açores.

Em algumas reuniões participaram dirigentes locais do Partido Popular.

Deputado José Monjardino, defende posição do Partido Popular sobre a discussão do PMP 1997/2000 e sobre a contracção do Empréstimo

Na reunião pública da Comissão Permanente da Assembleia o Deputado José António Monjardino recordou que o Grupo Parlamentar do Partido Popular “propôs que não se adiasse a discussão do Plano e Orçamento de 1997, mas que fosse presente à Assembleia nos seus prazos normais” acrescentando “propusemos, sim, que o Plano a Médio Prazo, fosse adiado para uma data posterior à aprovação na Assembleia da República, da lei da Finanças Regionais”. Disse depois “Tal não foi atendido”, mas “o futuro encarregou-se de nos dar razão”.

Referiu-se a seguir à anteproposta de lei apresentada, pelo Governo Regional, na Assembleia Regional, com pedido de autorização para a contracção de um empréstimo de 19 milhões de contos, dizendo que “o Grupo Parlamentar do Partido Popular não pode aprovar tal pedido” porque “fazê-lo, sem a prévia aprovação do Plano e Orçamento para 1997, seria um cheque em branco que não é aceitável”, uma “incompreensível submissão da Assembleia ao executivo” e também uma “escandalosa alienação das suas competências”.

Lembrou depois que o atraso na apresentação e aprovação do Plano e Orçamento para 1997 “levaram a Região a ser governada por duodécimos”, o que originou “a estagnação e não resolução, durante seis meses, das medidas tendentes à solução dos problemas de fundo dos Açores”, declarando que “não foi para chegarmos a este estado de coisas que os Açorianos, em Outubro, votaram pela mudança”.

O Presidente da Comissão Política do PP nos Açores referiu-se também à visita do Governo ao Corvo e processo de revisão da Constituição.

(De intervenção: Supl. Diário ALRA n.º 8)

DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO

O Grupo Parlamentar do Partido Popular deslocar-se-á ao Corvo e às Flores, onde, entre outros, manterá contactos com a nova Comissão Política de Ilha das Flores e com a Comissão Concelhia de Santa Cruz, recentemente criada. Visitará as obras da sede do PP nas Flores, a primeira, nos Açores, em edifício próprio.

O Presidente do Grupo Parlamentar deslocar-se-á em visita de trabalho a S. Jorge, onde reunirá com a novo C. Política de Ilha. O Grupo Parlamentar saudou a nova Comissão Política, de Santa Maria, Ilha que oportunamente será também visitada.

Deputado Alvarino Pinheiro apresentou Requerimentos TAXAS PORTUÁRIAS

Considerando a “escandalosa desigualdade das taxas de Reestruturação Portuária, praticadas nos diferentes portos da Região, na altura denunciadas pelo Partido Popular”, tendo em conta que fora anunciado o objectivo de “uma efectiva redução dos custos das operações portuárias” e o Governo se comprometera a “diminuir o diferencial da taxa nos diversos portos”, o Presidente do Grupo Parlamentar do PP requereu que o Governo o informasse sobre se concorda com taxas “seis vezes mais penalizantes para os portos que servem as ilhas mais pequenas” e que medidas pensa o Executivo tomar para reduzir o “diferencial entre taxas em vigor nos diferentes portos, incluindo o da Terceira” e para “quando está prevista a entrada e vigor de novas taxas para os portos do Faial, Pico e ilhas mais pequenas”.

INVESTIMENTO NO SECTOR AGRÍCOLA

Num requerimento o Deputado Alvarino Pinheiro referindo que “a quase totalidade do investimento no sector agrícola está, naturalmente, dependente dos apoios instituídos”, considerando que “desde de 30 de Setembro do ano passado não foram aprovados quaisquer projectos de investimento na lavoura açoriana por inoperância da sub-unidade de gestão”, requereu informação sobre os motivos que levaram ao não funcionamento, quando voltará a funcionar e “que medidas vão ser accionadas para rapidamente se compensar os atrasos decorrentes de 7 meses de inoperância da sub-unidade e relançar o investimento no sector agrícola regional”.

CONTROLO DO COELHO BRAVO

Noutro requerimento, considerando a crescente tendência para o aumento do coelho bravo e os prejuízos que vêm provocando nas sementeiras, pastagens, culturas industriais e frutícolas, o que preocupa agricultores e associações, o Deputado Alvarino Pinheiro questiona o Governo sobre se pretende autorizar a correcção da densidade do coelho, através de medidas excepcionais de caça.

OUTROS REQUERIMENTOS ENTREGUES

- Sobre a nova Escola Secundária da Horta e parque de estacionamento da actual;
- Ampliação do parque de estacionamento da Aerogare das Lajes.